

Editorial

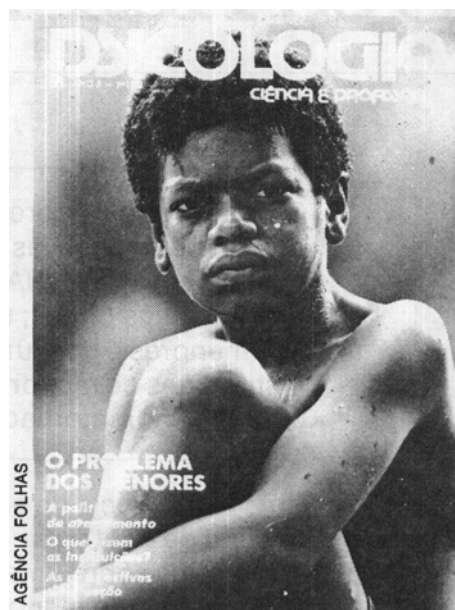
A imagem social de uma profissão depende, em grande parte, da ação concreta desenvolvida pelos respectivos profissionais junto à população. Em outras palavras, uma profissão só se torna socialmente relevante, dependendo do tipo de trabalho que oferece à sociedade e do nível de abrangência do mesmo.

Quando se fala em tipo de trabalho desenvolvido, subentende-se que a relevância social do mesmo depende do fato de essa ação profissional poder efetivamente contribuir para a solução dos grandes problemas que afetam a sociedade como um todo, e não de uma ação que atenda os interesses de uma parcela minoritária.

Da mesma forma, quando se fala em nível de abrangência, refere-se à possibilidade de que grandes camadas da população tenham acesso aos serviços prestados pelos profissionais de uma área. Nesse sentido, pode-se falar em democratização de uma profissão.

Este parece ser atualmente o grande desafio para todas as profissões, especialmente para as tradicionalmente chamadas "profissões liberais", as quais, via de regra, detêm uma história de atendimento prioritário às elites econômicas, mas que hoje perderam as características de "autônomo ou liberal", uma vez que se proletarizaram e se assalariaram. A Psicologia não fugiu à regra.

Por outro lado, é inegável o fato de que os anos 80 têm-se caracterizado para esses profissionais como um período de profunda autocrítica e de busca de uma nova postura em dire-



ção à maturidade profissional. Isto, no nosso caso, ocorrerá na medida em que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, for se envolvendo com os grandes problemas sociais, juntamente com outros setores profissionais e outras áreas do conhecimento.

Nesta perspectiva, a revista *Psicologia, Ciência e Profissão* pretende representar um papel importante para os psicólogos brasileiros, na proporção em que se firmar como um espaço efetivo de análise dos grandes problemas que nos afetam, de crítica social séria e profunda e de socialização das experiências inovadoras.

Foi com essa perspectiva que a Comissão Editorial definiu as diretrizes da revista para 1988. Para cada edição foi escolhido um tema, que representará um assunto catalizador para a categoria e para a sociedade, em torno do qual serão publicadas matérias de informação, de análise, de crítica e relatos de experiências profissionais na área.

O tema escolhido para esta primeira edição de 1988 foi o problema do menor, em especial as questões do menor abandonado, da criança de rua, das instituições oficiais, da políti-

ca governamental na área e das possibilidades de atuação do psicólogo.

Parece desnecessário justificar as relevâncias da escolha: os números nacionais sobre o menor abandonado falam por si. Da mesma forma, admite-se como sendo consensual a compreensão de que o problema é um subproduto de um sistema político-econômico extremamente injusto e que, nas últimas décadas, tem aumentado de proporção à medida que os setores populares têm se pauperizado. Ou seja, o problema do menor abandonado, a exemplo de uma série de outros problemas sociais, surgiu e avolumou-se em função do crescimento dos níveis de pobreza e miséria dos setores marginalizados.

Este nível de compreensão mais amplo das questões tem significado um grande avanço para a categoria dos psicólogos, nas últimas décadas. O aprimoramento na compreensão das verdadeiras causas do problema do menor, certamente, contribuirá para uma ação mais efetiva da categoria na busca de saídas eficientes que não representem meras medidas paliativas.

Uma última palavra: solicitamos que os profissionais psicólogos que trabalham na área do menor abandonado comuniquem-se conosco, via correio, relatando uma síntese do que têm feito, acompanhado de nome e endereço. É nossa intenção abrir espaço nos próximos números para que os colegas de todo o Brasil tenham acesso a essas informações, saibam pelo menos quem está atuando na área e, em linhas gerais, fazendo o quê, e possam estabelecer contato.